

Sustentabilidade Social e Contemporânea

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Sustentabilidade Social e Contemporânea

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S964 Sustentabilidade social e contemporânea [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-181-7

DOI 10.22533/at.ed.817191303

1. Desenvolvimento sustentável – Brasil. 2. Política ambiental –
Brasil. 3. Responsabilidade ambiental. 4. Sustentabilidade I. Monteiro,
Solange Aparecida de Souza.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Artigo 225 – Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Este trabalho representa o culminar de um percurso feito de dúvidas e certezas, avanços e recuos, momentos mais alegres e outros menos felizes. O resultado alcançado é fruto do contributo de um conjunto de pessoas e instituições que pretendemos deixar assinalado nesta coletânea.

Atualmente, quando se fala em sustentabilidade somado a desenvolvimento pensa-se em uma equação minimamente complicada, por outro lado grande parte dos consumidores interessa-se cada vez mais pela utilização de produtos ecologicamente corretos, que muitas vezes estão disponíveis a um preço elevado nas prateleiras. Pensando nesse contexto, essa coletânea visa desenvolver através da pesquisa uma análise com duas frentes, onde na primeira abriu-se espaço para a seguinte questão: na atual conjuntura econômica, é possível que as organizações se adaptem a um modelo econômico vigente e respondam as exigências sociais? E, quanto à disponibilização do produto final: As empresas estão dispostas a revisar o processo produtivo da sua mercadoria, tornando-a ecologicamente correta?

As empresas não medem esforços para alcançar o melhor atendimento e satisfação de seus clientes, procurando adaptar-se às novas tendências do mercado. Pode se verificar que boa parte das organizações possuem certificados ISO, prêmios de atuação social, auxílio a entidades sem fins lucrativos, dentre outros, cuja sustentabilidade está inserida.

Muitas organizações, entretanto, não concordam com a visão de extensão de um ambiente socioambiental inserida no meio dos negócios. Mas, as ações do ambiente atingem, de forma diferenciada, todos os tamanhos de empresa e causa a desigualdade de percepção por parte dessas. Mesmo contrárias a esta realidade, as Leis obrigam as empresas a assumir responsabilidades sociais e ambientais, através de projetos de inserção a proteção ao meio ambiente, ações educacionais e filantrópicas. Em mercados como o europeu, a demanda por produtos sustentáveis ou não prejudiciais ao meio ambiente é demasiadamente grande. Tendência esta que está sendo absorvida pelo nosso mercado brasileiro, afinal de contas, qualquer empresa que queira atuar

em âmbito global, necessita respeitar a demanda que está sendo posta pelos consumidores externos.

A sustentabilidade nasce no campo das ciências ambientais e ecológicas, trazendo à discussão, contribuições de diferentes disciplinas, tais como a Sociologia, a Economia, a Filosofia, a Política, a Gestão e o Direito. A questão da sustentabilidade

ambiental ocupa lugar de importância.

O desenvolvimento sustentável é um importante conceito de crescimento, presente no debate político internacional, em especial quando se trata de questões referentes à qualidade ambiental e à distribuição global de uso de recursos. Define-se desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade ambiental como a utilização de recursos no presente sem comprometer o uso potencial desses recursos no futuro é mais precisamente, a não redução da capacidade do ecossistema de sustentar o fluxo social e ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é entendido como o desenvolvimento que acolhe às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações, de maneira a conciliar as exigências dos defensores do desenvolvimento econômico com as inquietações de setores interessados na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

A educação ambiental é um importante instrumento no avanço para a conscientização e para a sustentabilidade no Brasil e na crescente aplicação do desenvolvimento humano. E os maiores provedores disso são as escolas e é dentro das escolas públicas que se encontra o cenário estratégico para a formação de consciência ambiental e construção de valores.

É possível despertar o interesse ambiental pela participação em atividades que fogem do tradicional, quando levamos o tema para dentro das escolas, na sala de aula, com aulas práticas, o retorno é mais eficiente principalmente se o aluno não está apenas observando, mas também participando da formação da aula. Durante as atividades diversificadas e desenvolvidas com o grupo, o trabalho constrói uma dinâmica de participação e gera um compromisso ambiental. A ideia é dar o primeiro passo com fazer o trabalho com debates na escola, com enfoque no meio ambiente e educação ambiental. Tornar os alunos participantes em apresentações do tema, promover atividades igualmente participativas, onde toda a comunidade possa ser envolvida dentro do espaço da Escolar. A educação possui papel fundamental na formulação de uma nova mentalidade, e a educação para o consumo é elemento-chave na conscientização da população em relação à sua responsabilidade social na busca do desenvolvimento sustentável do planeta. O futuro da espécie humana e de todas as espécies dependem do equilíbrio do meio ambiente. Sem uma relação harmônica e equilibrada entre o ser humano e a natureza, não há como assegurar a sadia qualidade de vida no presente, e resta comprometida a existência das futuras gerações.

Diante disso, percebe-se a necessidade de se buscar uma nova ética, regida por um sentimento de pertença mútua entre todos os seres. A educação deve passar a adquirir novos significados na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. E se não chega a ser um sinônimo de solução, a educação é, sem dúvida, o melhor caminho para melhorarmos a nossa sociedade. É preciso abandonar o atual modelo de desenvolvimento, que busca apenas o

crescimento econômico, e buscar um modelo de desenvolvimento que respeite a natureza e utilize de modo racional os recursos naturais. A sustentabilidade não é mero modismo ou uma utopia inalcançável, mas uma necessidade para a sobrevivência do Planeta Terra.

A preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações depende de uma consciência ecológica, e a formação de uma nova consciência depende em grande parte da educação. É preciso uma educação que possibilite a continuidade da vida na Terra e a educação para o consumo contribui para o desenvolvimento sustentável, ao promover o consumo consciente.

É necessário mudar os hábitos de consumo que causam sérios problemas ambientais e sociais, freando o consumismo e fazendo escolhas que promovam o desenvolvimento sustentável. O consumo deve ser socialmente responsável, para que o consumo de alguns não coloque em perigo o bem-estar dos outros, e sustentável, de modo a não comprometer as opções das futuras gerações.

Nesse processo, o consumidor consciente tem um papel fundamental. Nas suas escolhas cotidianas, seja na forma como consome, seja escolhendo empresas com responsabilidade social, pode ajudar a construir uma sociedade mais sustentável e justa.

Assim, é preciso questionar os valores impostos pela sociedade de consumo, e buscar novos parâmetros para a vida em sociedade. A consciência da necessidade do consumo sustentável é um grande passo no caminho da sustentabilidade, e depende da colaboração e da participação de todos. Nesse contexto, torna-se cada vez mais clara a ideia de que somente com atitudes e procedimentos éticos será possível a construção de uma sociedade mais justa, para o que a educação ambiental tem um papel fundamental.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ÓLEO DE BURITI E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO ABONARI	
Rute Holanda Lopes Kátia Viana Cavalcante Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo Maria Francisca Silva Bastos Michele Lins Aracaty e Silva Renata de Oliveira Texeira	
DOI 10.22533/at.ed.8171913031	
CAPÍTULO 2	12
ATITUDES CONSCIENTES GERAM AÇÕES POSITIVAS	
Wony Fruhauf Ulsenheimer Eriene Macêdo Moraes Vania Lurdes Cenci Tsukuda Cristiani Carina Negrão Gallois André Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8171913032	
CAPÍTULO 3	26
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO DE INCENTIVO À AGROECOLOGIA	
Iasmim Cardoso Gossenheimer Luciana Turatti	
DOI 10.22533/at.ed.8171913033	
CAPÍTULO 4	41
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: ANÁLISE DE PROPOSTAS PARA MONITORAMENTO DA TRÍADE DA SUSTENTABILIDADE	
Gabriela Benderóvicz Mendes Ribeiro Maria Auxiliadora Cannarozzo Tinoco	
DOI 10.22533/at.ed.8171913034	
CAPÍTULO 5	54
PUNKS X ESTADO: AS VISÕES DA NOVA REPÚBLICA PRESENTES NOS FANZINES (1985-1992)	
Gustavo dos Santos Prado	
DOI 10.22533/at.ed.8171913035	
CAPÍTULO 6	65
RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR: UM OLHAR ENTRE A SUSTENTABILIDADE E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
Andrea Almeida Barros,	
DOI 10.22533/at.ed.8171913036	
SOBRE O ORGANIZADOR	81

PUNKS X ESTADO: AS VISÕES DA NOVA REPÚBLICA PRESENTES NOS FANZINES (1985-1992)

Gustavo dos Santos Prado

RESUMO: Pretende-se nesse artigo problematizar a visão que o movimento punk brasileiro tinha do Estado durante os anos iniciais da Nova República, contemplando os governos de José Sarney e Fernando Collor de Melo. Para tanto, o artigo usa como fonte fanzines punks que foram produzidos em São Paulo e no Rio de Janeiro durante os anos de 1980 e 1990.

Palavras – Chave: punks, fanzines, Estado Brasileiro, Nova República.

ABSTRACT: It is intended this article to question the view that the Brazilian punk movement had the state during the early years of the New Republic, covering the governments of José Sarney and Fernando Collor de Melo. Thus, the article uses as fanzines source punks that were produced in São Paulo and Rio de Janeiro during the 1980s and 1990s.

KEYWORDS: punks, fanzines, Brazilian State, New Republic.

INTRODUÇÃO

O movimento punk apresenta-se na seara acadêmica como um campo profícuo

para inúmeras reflexões. Desde sua gênese nos subúrbios da Inglaterra e dos EUA na década de 1960, o punk sempre tivera em seu corpo artistas e músicos que foram contrários a qualquer tipo de hierarquias, normas e imposições. The Velvet Underground (Nova York, 1964), MC5 (Detroit, 1964), Iggy and the Stooges (Michigan, 1967) The Doors (Los Angeles, 1965) e Ramones (Nova York, 1974) foram exemplos de grupos que se colocaram contrários a padrões e comportamentos que foram ditados como verdades inexoráveis. (MCNEIL; MCCAIN, 2013)

Tal manifestação cultural ramificou – se através de um processo de “circularidade cultural” (BAKHTIN, 1993) carregando consigo essa marca de protesto, se inserindo de forma profícuo no circuito dos grandes conglomerados fonográficos e no mercado *underground*. O choque mundial do petróleo de 1973 – que marcou mais uma página de catástrofes da economia capitalista -, movimentou centenas de jovens de periferia ao protesto. A pauperização social, o desemprego e a recessão daquela conjuntura aproximaram setores jovens da sociedade civil ao punk; daí passou a se popularizar a proposta anarquista dos Sex Pistols (Londres, 1974) difundida pelo empresário Malcolm McLaren. (MCNEIL; MCCAIN, 2013, p. 454)

Em solo brasileiro, o circuito *underground* e as bandas de garagem encontraram um campo fértil para produzirem sua arte, já que a conjuntura econômica internacional desnudou toda a fragilidade do “Milagre Econômico” deixando a economia brasileira em uma recessão que durou o período final da “Ditadura Civil – Militar” (CHAUÍ, 1980) e os anos iniciais da Nova República. Naquela conjuntura, a máxima “*do it yourself*” (faça você mesmo) foi popularizada, agregando novos personagens à cena artística. A cultura punk passou a ser difundida, uma vez que sua proposta artística era muito mais barata se comparada a outros estilos musicais: os jovens artistas produziam seu próprio repertório, músicos convidados e estruturas complexas de gravação eram dispensadas e os contratos costurados pelas gravadoras eram mais baratos. Dito em outras palavras, o punk era um produto que sua relação custo – benefício era amplamente positiva em tempos de recessão.

A cena punk *underground* brasileira começou a se estruturar em São Paulo com os grupos Cólera, Os Inocentes, Ratos de Porão e Olho Seco, que formaram seus grupos na virada dos anos setenta para os oitenta. Por ser uma cena alternativa, já que essas bandas foram formadas por sujeitos de periferia que não fizeram parte de forma expressiva do circuito das grandes gravadoras – tendo, assim, trajetórias diversas de grupos conhecidos no cenário musical brasileiro tal como Legião Urbana (PRADO, 2018), Capital Inicial, Plebe Rude, Ira!, Paralamas do Sucesso, Engenheiros do Hawaii e Camisa de Vênus, por exemplo, - vários integrantes de bandas paulistas se organizaram à partir de fanzines.

Os fanzines são um tipo de comunicação alternativa, elaborado de forma totalmente armadora. Surgiu em meados da década de 1930 nos EUA com o intento de divulgar as publicações de ficção científica, e ao longo do século XX, assumiu as características de um “magazine de fã”. (MAGALHÃES, 1993, p. 8-10). Há fanzines de vários tipos, uma vez que a sua elaboração depende exclusivamente do interesse do editor e de sua vontade de divulgar algum assunto ou tema. Os fanzines de quadrinhos, os existencialistas, os de ficção e os punkzines aparecem com certo destaque.

Mark Perry, bancário americano de 19 anos de idade, ao assistir um show dos Ramones no ano de 1976, resolveu escrever uma crítica sobre a banda. Desse ato surgiu o *Sniffing Glue* (Cheirando Cola) que tinha pouco mais de 200 cópias. O referido fã dos Ramones fazia questão de ressaltar em seu “punkzines” a importância de outros jovens produzirem fanzines com o objetivo de divulgar a cena punk. (MAGALHÃES, 2013, p. 54).

A difusão da prática do “faça você mesmo” resultou na criação dos primeiros fanzines paulistas: *Factor Zero*, *MD e SP. Punk*, que surgiram no ano de 1982 e que foram “arquitetados para promover a circulação de informações entre os integrantes do movimento underground” (PRADO, 2015, p. 764). De modo geral, esses e outros impressos punks que surgiram ao longo dos anos de 1980 e 1990 falavam sobre assuntos relacionados à política, à música, a shows e discos, bem como a temas referentes ao anarquismo, ao militarismo, a corrida armamentista, ao meio ambiente,

o trabalho, o salário e inúmeros outros temas candentes na cultura punk.

Diante dessa infinidade de possibilidades, chamou a atenção do presente artigo as formas que os fanzines punks discutiram sobre o novo regime republicano estruturado ao longo da década de 1980. Alvitrando problematizar as visões que o movimento punk teve do Estado brasileiro naquele momento – em especial, durante os governos de José Sarney (1985-1989) e Fernando Collor de Melo (1990-1992), foi selecionado fanzines punks que foram produzidos ao longo da década de 1980 e 1990 das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

PUNKS X ESTADO: AS VISÕES DA NOVA REPÚBLICA PRESENTES NOS FANZINES (1985-1992)

O final da “Ditadura Civil – Militar” foi marcado por um sentimento de euforia, que foi canalizado em torno do movimento das “Diretas Já”. Com o abrandamento do regime político coercitivo, novos participantes passaram a ocupar o espaço público (SADER, 1980), dentre os quais leva-se em consideração os integrantes do movimento punk. Contudo, como a elite política brasileira não levou em consideração as aspirações do movimento das “Diretas Já” (NAPOLITANO, 1996, p. 130), milhares de reivindicações por melhorias que poderiam ser discutidas em um ambiente democrático foram deixadas à parte por grupos políticos que desejavam estreitar laços entre si.

Não ao acaso a negativa a “Emenda Dante de Oliveira”, em abril de 1984, que previa eleições diretas para presidente. Com esse ato, tentou-se “homogeneizar o significado político – ideológico da ocupação do espaço público e do protesto popular” (NAPOLITANO, 1995, p. 161-174), uma vez que aquela exigência central estava eivada de um forte sentimento de como o novo regime político deveria atender os interesses da população em geral. Dito de outro modo, a eleição indireta de Tancredo Neves e de José Sarney ceifou na raiz todo o sentimento de democracia em um sentido mais amplo - já que nem o direito a escolha do chefe do executivo federal foi atingido.

Junto a essas questões de ordem interna – pois se discutia como seria a nova configuração política de uma ditadura para uma democracia – havia questões de ordem externa, que lidavam com a fragilidade do Estado Moderno ao final do século XX. O avanço do capitalismo financeiro e da globalização impuseram uma nova realidade ao Estado, que volta e meia, vê sua soberania sendo violada devido às pretensões do mercado. Funcionando como uma “instituição casca” (GIDDENS, 2000, p. 28) o Estado não consegue mais desempenhar as funções que outrora eram suas, tornando-se um elemento estranho e anômalo para à população em geral, em especial, aos setores mais pobres da sociedade civil.

Por ser uma mídia radical e trilhar contrários a perspectivas hegemônicas (DOWING, 2000), os fanzines punks representam esse tipo de clivagens entre os integrantes do movimento punk e o Estado brasileiro:



Figura 1. Aborto Imediato para o renascer de um novo espermatozoide. São Paulo. s.d.

Os fanzines punks se utilizam de uma série de linguagem textuais e iconográficas pois o seu processo de feitura se dá a partir da estética da colagem. (MARTINS, 2007, p. 50-61). Tal técnica de Braque e Picasso, de 1911, ao incorporar a arte o que está ao alcance da mão, visa captar a realidade de uma forma crítica. O “fragmento” do fanzine paulista trazido para a análise, quando problematizado como uma “imagem em movimento” (DIDI – HUBERMAN, 2010, p. 85), representa um grupo de punks em uma luta constante – no qual cada indivíduo procura resolver os problemas a seu modo. Feições de dor, raiva, ira e até de felicidade dão a tônica da cena. Contudo, olhando mais ao fundo, nota-se que há uma representação de uma pichação na parede onde está escrito: “foda-se os políticos”.

Tal frase é simbólica. O desenho trabalhado procura ressaltar que o movimento punk não tinha representatividade na esfera política. Logo, já que questões relacionadas à educação, à saúde, ao emprego e a renda estariam distantes de ser contempladas aos punks, a eles caberiam “resolver” os impasses do cotidiano a seu modo; ou seja, aplicando sua estética violenta pelos subúrbios da cidade como uma forma de protesto contra a miséria e exclusão, uma vez que nessas circunstâncias a “solidariedade é substituída pela competição” (BAUMAN, 2009, p. 21). Em tempo, ressalta-se que a violência entre grupos punks foi um dos principais fatores que engendraram a decadência desse tipo de movimento underground, que no início dos anos de 1980 tinha certa organização que contribuiu para a projeção de alguns grupos que já foram indicados.

Na concepção de dezenas de fanzines punks, o Estado Brasileiro mostrava-se distante de sua realidade. Tal “instituição – casca” aparecia aos punks somente a partir de seu sistema de repressão; e não ao acaso, a polícia tornou-se alvo de constantes críticas dos impressos punks:



Figura 2. Miséria. Rio de Janeiro, 1988.

Na charge extraída do fanzine, percebe-se como os punks tinham aversão a forma com as quais eram tratados pela polícia militar. A tentativa de conhecer o suposto meliante só viria após uma série de violações, coerções e castigos físicos. O “balão” da esquerda cheios de “pá pá pá” simbolizam tiros praticados por representantes do Estado, que se juntam ao uso vigoroso do cassetete. Tal ato brutal foi posteriormente acompanhado com a pergunta: “os documentos por favor?” –, o que endossa a ideia dos punks que diziam que a repressão policial estava acima de qualquer tipo de ideal de proteção.

De fato, a ação policial em áreas periféricas naquela conjuntura, ficou marcada pelo uso excessivo do poder (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p. 162) uma vez que a instituição valeu-se da suposta missão de “tutelar a democracia” (ZAVERRUCHA, 2001, p. 12). Ora, esse forte traço de hierarquia e rigidez eram incompatíveis com a experiência libertária dos punks, que foi alimentada seja pelo seu vértice anarquista, seja pela experiência democrática que fora vivida no retorno à democracia e da convivência no espaço público, tendência essa que já vinha sendo endossada desde o final da década de 1970.

As condições econômicas da Nova República também não aliviavam a vivência dos jovens punks. José Sarney, que foi trágico na esfera econômica, no acúmulo da inflação dos Planos Cruzados I e II, Bresser e Verão, deixou um legado inflacionário que passava de 1000% ao ano, o que resultou em um sentimento de descrédito generalizado, cimentado pela desvalorização monetária, pelo tabelamento de preços e pelo congelamento de salários. A miséria generalizou-se de tal modo no cotidiano das periferias das cidades brasileiras, que os punkzines dedicavam atenção especial a assuntos relacionados à economia, o que insinua como o tema ganhou importância no reduto dos editores de fanzines punks:

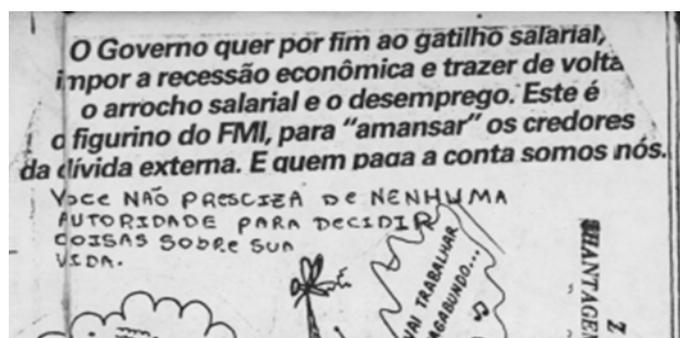


Figura 3. Falange Anarquista. São Paulo, 1987.

Nota-se que o fanzine faz menções a expressão “gatilho salarial”, que foi extinta pelo Plano Bresser de 1987. Apesar de tal conduta econômica não promover uma melhoria real na economia brasileira, ela previa o “reajuste automático de salários toda a vez que a inflação alcançasse um determinado índice” (HISI, 2011, s.p). Logo, a extinção do gatinho significava para o fanzine a diminuição das possibilidades do aumento salarial, o que minaria as pretensões de uma vida mais digna. Ainda, o impresso, reforça que a falta de perspectiva nos salários era resultado da ação do governo a favor dos credores internacionais, já que a dívida externa naquela conjuntura foi um dos grandes obstáculos aos indicadores econômicos dos países que compunham o bloco do “Terceiro Mundo”

Orbitando os interesses do capital internacional, o Estado brasileiro representado pelo novo regime republicano inaugurado em 1985 mostrava-se distante da maior parcela da população, o que reforça a ideia de que a globalização econômica gera a crise nos estados nacionais, resultando em seu “definhamento”. (BAUMAN, 1999, p. 64). Diante da ineficácia da classe política na resolução dos problemas de ordem social, o *punkzine* foi enfático: “Você não precisa de nenhuma autoridade para decidir coisas sobre sua vida”.

Ademais, a revolta do fanzine com relação ao fim do “gatilho salarial” estava envolvida em um debate mais profundo em torno da distribuição e do acesso a renda. Dados do Dieese insinuam que 70% da população mais pobre do país tivera acesso a somente 14 % da renda nacional (ALMEIDA, 2011, p. 85) durante a década de 1980. Não ao acaso, o discurso anarquista encontrou ecos no punk que foi produzido no Brasil, já que o Estado mostrava-se totalmente ineficiente em suas ações – visando a manutenção da desigualdade social.



Figura 4. Nervoso Exposto. São Paulo, 1992.

Representado como um monstro que é alimentado por uma série de impostos, o Estado beneficia na imagem somente a população mais rica, deixando a mais pobre

à revelia – observe a situação de flagelo e pauperização do personagem à esquerda que contrasta com a riqueza e tranquilidade financeira do sujeito à direita. Gigante em sua estrutura, a constituição do Estado brasileiro mostrou-se distante da realidade dos punks, sendo que tal afastamento aparece nos fanzines através de vários tipos de construções e linguagens mediada pela técnica da colagem.

Os fanzines da década de 1990 não mostraram otimismo com o então presidente Fernando Collor de Melo. Com a pretensa de controlar a inflação e fazer com que a economia brasileira avançasse para a modernidade, o referido presidente deu continuidade a implantação do modelo neoliberal que fora iniciado no governo de seu antecessor. Para tanto, seguiu o essencial do “receituário do Fundo Monetário Internacional” à partir da “modernização privatista do estado, o estímulo as exportações, e é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país” (ANTUNES, 2004, p. 9),

Os fanzines punks da década de 1990 mostravam-se céticos com relação ao presidente eleito. Sua agenda neoliberal foi interpretada pelos punks como sendo antidemocrática, uma vez que o Plano Color previa imposições rudes na seara econômica, como o polêmico confisco das contas bancárias. Sua imagem de “salvador da pátria” alimentada pela mídia era vista com certo receio pelo movimento punk:



Figura 5. *Zine Acorda Proletário*. São Paulo, 1990.

Indo na contramão da imagem construída de Fernando Collor de Melo naquela conjuntura, o *punkzine* retratou as atitudes do presidente como sendo tipicamente fascistas, a tal ponto que o impresso associou o político eleito à Mussolini. As ações políticas do chefe do executivo foram aproximadas a condutas que flertavam com a maldade – observe como o nome de Collor, ao centro, foi representado com se fosse olhos de um monstro repletos de raiva, fúria e ira.



Figura 6. *Zine Acorda Proletário*. São Paulo, 1990.

Endossando seus argumentos contra o presidente, o *Zine Acorda Proletário* ainda traz um “caça – palavras” pedindo para que seu leitor encontrasse nove “qualidades” – que na verdade seriam defeitos – do novo presidente e que não foram mostradas pela grande mídia. A crítica a Rede Globo, além de ser comum na cultura dos fanzines punks, também foi motivada devido ao nítido apoio que Fernando Collor recebeu da emissora carioca durante o processo de campanha eleitoral (NASCIMENTO, 1989, p. 68)

Atributos negativos como “marajá”, “safado”, “porco”, “corrupto”, “explorador”, “cafajeste”, “fascista” podem ser encontrados nas linhas horizontais; já o adjetivo “mentiroso” pode ser lido na última linha vertical. Para além do jogo de palavras, o *punkzine* procura realçar críticas severas a conduta política do presidente, pois, Fernando Collor de Melo representaria um Estado que não estava preocupado com a condição de vida da maioria da população brasileira. De fato, suas medidas econômicas foram vistas como radicais e autoritárias, já que seu modelo neoliberal apresentou “falhas” (MENDONÇA, 2004, p. 85) que não foram, quiçá, pensadas – dentre elas, a “flagrante contradição entre seu discurso messiânico vazio e as condições objetivas da sociedade”. (MENDONÇA, 2004, p. 85),

Em outras palavras, a mudança de presidente na virada da década de 1980 para a de 1990 não aliviou a crítica aos punks com relação à serventia do Estado, pois, esse em sua essência, foi estruturado visando atender as exigências da globalização econômica e da agenda neoliberal, o que promoveu um processo de empobrecimento da periferia das cidades brasileiras que serviram com espaços de convivência dos grupos punks.



Figura 7. *Zine Acorda Proletário*. São Paulo, 1990.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

As críticas ao Estado e aos seus representantes continuaram ativas ao longo dos anos de 1990. O fanzine *Atitude Punk* (São Paulo, 1998) em um poema chamado

“Contos da Realidade” diz: “todo o dia a mesma coisa, a mesma luta, pela sua própria sobrevivência nas ruas de uma cidade dominada pela classe alta” (...) “seu futuro não passa apenas de pensamentos de um mundo melhor, digno de se viver e não um futuro ganancioso e corrupto tomado pelo capitalismo”.

A prevalência de um modelo reflexivo e crítico nos fanzines com relação ao Estado brasileiro continuou sendo à tônica de boa parte dos fanzines que foram produzidos. O movimento punk não coadunava com a fraqueza do Estado, e, conseqüentemente da classe política que o representou, em face às intenções do neoliberalismo e da globalização econômica.

Os punkzines retratam um sentimento de pessimismo e de descrença ao Estado uma vez que José Sarney e Fernando Collor de Melo não trouxeram à população da periferia uma condição de vida mais digna. Educação, saúde, renda, salário e trabalho foram vistos como elementos distantes de serem alcançados, já que a política da Nova República mostrava-se frágil e impotente em face ao interesse do capitalismo internacional.

As diretas – já, que contribuiu para organizar a Nova República, trouxe uma atmosfera democrática no qual havia um ambiente onde supostamente os problemas sociais poderiam ser discutidos em uma esfera mais ampla e profunda. O fracasso da Emenda Dante de Oliveira e a eleição indireta de José Sarney foi um duro golpe a Nova República – e, conseqüentemente, aos punks. A adoção da cartilha neoliberal por José Sarney e Fernando Collor de Melo só contribuiu para sedimentar um quadro de exclusão política e social que já vinha desde à época da Ditadura Civil – Militar. Nesse esteio, uma parte vigorosa do movimento punk brasileiro passou a discutir internamente assuntos de caráter político, e não ao acaso entraram em atritos constantes com o Estado e seus representantes – afinal, ao longo dos anos analisados, pouco foi feito para melhorar efetivamente a condição de vida da maior parte dos brasileiros.

Recessão, inflação, diminuição dos salários, falta de ofertas de empregos e a fraqueza da política brasileira em face ao avanço do neoliberalismo: foram os desdobramentos vividos pelos punks durante os governos de Sarney e Collor. As representações de violência entre punks, os atritos com a polícia, a preocupação com o “gatilho salarial”, a charge que insinua a péssima distribuição de renda e o questionamento da imagem de Fernando Collor de Melo são fragmentos de uma pergunta que os punks volta e meia representavam em seus fanzines: Qual é a serventia do Estado?

Sem encontrar respostas, pode ser observado que os fanzines punks possuem uma visão corroída de Estado, e levando-se em consideração o que este ofereceu a população mais pobre, não é de se estranhar os motivos que fizeram os integrantes do movimento a entrarem em constantes atritos com o novo regime republicano que entrou em vigor à partir de 1985.

REFERÊNCIAS

Aborto Imediato para o renascer de um novo espermatozoide. São Paulo. s.d.

Miséria. Rio de Janeiro, 1988.

Falange Anarquista. São Paulo, 1987.

Nervoso Exposto. São Paulo, 1992.

Zine Acorda Proletário. São Paulo, 1990.

Atitude Punk. São Paulo, 1988.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1978-1989).** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula.** Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo - Brasília: HUCITEC-EDUNB, 1993.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRANDINI, Valéria. **Cenários do Rock: mercado produção e tendências.** São Paulo: Olho d'Água, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. "A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo". In: GALVÃO, Walnice Nogueira e Prado J.R. Bento, (orgs.). **Almanaque 11: Educação ou Desconversa?.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

DIDI – HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** 2ª edição. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010. .

DOWNING, John D.H. **Mídia radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais.** 2º ed. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HISI, Andreia. O panorama da inflação nos anos 80 e as medidas adotadas pelos diferentes governos. **Revista ComCiência.** Número 128, maio de 2011. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000400004&lng=es&nrm=iso. Acesso em 07/01/2015, s.p.

MAGALHÃES, Henrique. **O que é fanzine.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

_____. **O Rebuliço Apaixonante dos Fanzines**. 3. Edição. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2013.

MARTINS, Luis Renato. Colagem: investigações em torno de uma técnica moderna. **Revista ARS**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 50-61, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ars/v5n10/06.pdf>>. Acesso: 21 set. 2013.

MCNEIL, Legs; MCCAIN, Gillian. Mate-me por favor. **A História sem censura do punk**. Tradução de Lúcia Brito. 6 edição. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente**. 1964-1992. São Paulo: Ática, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Editora Juruá, 1996.

_____. O protesto de rua nos anos oitenta e a crise do Regime Militar. **Revista de Sociologia e Política**. Número 4-5, 1995, p. 161-174. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/39366/24183>. Acesso em 06/01/2015. p. 163.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. Introdução ao debate sobre a eleição presidencial brasileira de 1989. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 44, p. 165-168. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/7939/5583>. Acesso em 07/01/2015.

PAIS, José Machado. Bandas de Garagem e Identidades Juvenis. In COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elisabeth Murilho. **Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana**. São Paulo: Educ, 2006, p.31-32

PRADO, Débora Figueiredo Barros do; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Sarney (1985-1990). **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 67-81, jan. 2010. Disponível em: <http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_16.pdf>. Acesso: 02 agosto. 2014.

PRADO, Gustavo dos Santos. “Rock x José Sarney” – Os fanzines punks paulistas e suas interpretações da Nova República. (1985-1990). **Revista Diálogos**, volume 19, n2, p. 763-780, ma-agos./ 2015. Disponível em: http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=958&path%5B%5D=pdf_752. Acesso em 06/01/2015.

_____. **A verdadeira Legião Urbana são vocês**: Renato Russo, rock e juventude. São Paulo: e-manuscrito, 2018.

RIBEIRO, Hugo. Notas preliminares sobre o cenário underground em Aracajú (SE). In: **Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular**. Apud ROSA, Ornelas Pablo. Rock Underground: uma etnografia do rock alternativo. São Paulo: Radical Livros, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação e organização policial, consenso e violência. **Revista Tempo Social**. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 9 (1), maio de 1997. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21686/000190733.pdf?sequence=1>. Acesso em 09/09/2014.

ZAVERUCHA, Jorge. Rumor de Sabres: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Ática, 1994. p. 93. Apud CASTRO, Celso; D’Araújo, Maria Celina. **Militares e política da Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-181-7

